

MOBILIDADES FORÇADAS E ALTERNATIVAS URBANAS

Reassentamento e produção do espaço em Cabo Delgado no capitaloceno

*FORCED MOBILITY AND URBAN ALTERNATIVES
resettlement and production of space in
Cabo Delgado in the capitalocene*

**Miguel Maria Ribeiro da Silva¹,
Clara Luiza Miranda² e Liziane de Oliveira Jorge³**

Resumo

O artigo discute os efeitos das mobilidades forçadas em Cabo Delgado, província do norte de Moçambique, e as contradições entre os modelos oficiais de reassentamento e as práticas comunitárias de produção do espaço no contexto do Capitaloceno. O objetivo é compreender como as comunidades dialogam, resistem ou se contrapõem às políticas públicas de reassentamento. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, baseou-se em análise documental, revisão bibliográfica e comparação com experiências do Sul Global. Os resultados mostram que os reassentamentos oficiais, em grande medida, reforçam desigualdades socioespaciais, mas também revelam alternativas urbanas emergentes, como autoconstrução, tecnologias sociais e redes comunitárias. Conclui-se que Cabo Delgado deve ser interpretado não apenas como território de crise, mas como espaço de produção de resistências, onde a luta por justiça territorial e direito à cidade oferece caminhos de transformação diante das pressões do Capitaloceno.

Palavras-chave: reassentamento; mobilidades forçadas; urbanismo de resistência; justiça territorial; Capitaloceno.

Abstract

The article discusses the effects of forced mobility in Cabo Delgado, a province in northern Mozambique, and the contradictions between official resettlement models and community practices of space production in the context of the Capitalocene. The objective is to understand how communities dialogue, resist, or oppose public resettlement policies. The qualitative and exploratory research was based on documentary analysis, bibliographic review, and comparison with experiences in the Global South. The results show that official resettlements largely reinforce socio-spatial inequalities, but also reveal emerging urban alternatives, such as self-construction, social technologies, and community networks. It is concluded that Cabo Delgado should be interpreted not only

as a territory in crisis, but as a space to produce resistance, where the struggle for territorial justice and the right to the city offers paths of transformation in the face of the pressures of the Capitalocene.

Keywords: resettlement; forced mobility; urbanism of resistance; territorial justice; Capitalocene.

Introdução

A província de Cabo Delgado, do norte de Moçambique (figura 1), tem sido assolada por um conflito armado crescente desde outubro de 2017, resultando em um cenário de violência que afeta a vida de centenas de milhares de pessoas. Como consequências, segundo Alberdi *et al.* (s.d. p.3), mais de 946.508 pessoas foram deslocadas até junho de 2022, com um registro de 4.398 vítimas fatais. Esta violência, para além da perda de vidas humanas, levou à queima de casas, vandalização e destruição de infraestruturas essenciais. Por via disso, de acordo com Centro de Integridade Pública (CIP, 2024) as comunidades enfrentam a dura realidade de viver em ruínas, sem acesso a alimentos, emprego ou condições mínimas de subsistência, dificultando a construção de resiliência. Para PNUD (2022 p. 3), este quadro é agravado por um cenário de subdesenvolvimento crônico, choques climáticos (figura 2) consecutivos e surtos recorrentes de doenças.

Esse cenário de guerra em Cabo Delgado não deve ser interpretado como um evento isolado, mas como um sintoma de forças socioeconômicas e políticas mais amplas, profundamente enraizadas nas dinâmicas globais do Capitaloceno (Amaral, 2022; Barcelos, 2019). Segundo Borinelli *et al.* (2020), Barcelos (2019) e Gaboardi & Nunes (2021), a perspectiva do Capitaloceno interpreta a atual crise social e ecológica planetária como resultado das dinâmicas do capitalismo, deslocando a responsabilidade de uma noção genérica de ação humana para um sistema histórico e econômico específico. Em Moçambique, o conflito é diretamente conectado ao extrativismo estrangeiro e ao tráfico ilegal de matérias-primas, como rubis, grafite, pedras preciosas e marfim, além dos interesses em torno da exploração de gás na Bacia do Rovuma (Amaral, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.). As narrativas oficiais frequentemente obscurecem as causas internas do conflito, como a pobreza generalizada, exclusão política e socioeconômica, desigualdades sociais, expropriação de terras e a frustração das expectativas sociais relacionadas à exploração de recursos naturais (Tavares, 2022; Beula, 2022). O Capitaloceno, segundo Borinelli *et al.* (2020); Gaboardi e Nunes (2021), ao focar na “Natureza Barata” e na desigualdade hidrossocial, oferece uma lente crítica para compreender como a apropriação capitalista da natureza e a externalização de custos afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis.

Nesse contexto de crise, a reconstrução e o reassentamento emergem como desafios urbanos críticos (Beula, 2022; Muacuveia, 2019). Segundo Amaral (2022) e UN-Habitat (2023), a insegurança tem provocado deslocamentos massivos para áreas urbanas, principalmente para o sul da província, gerando uma rápida urbanização induzida por conflitos que sobrecarrega a habitação, os serviços básicos e os recursos naturais. As cidades moçambicanas, historicamente marcadas por um processo de urbanização dual (cidade do cimento vs. cidade do caniço), ruralidade no urbano e informalidade, veem esses problemas ampliados, com milhares de famílias migrando para periferias carentes de infraestruturas e serviços (Maloa, 2019). As populações deslocadas, muitas vezes dependentes de ajuda humanitária e com dificuldades de integração econômica e social, acabam por gerar novos conflitos por recursos como terra e água com as comunidades acolhedoras (CIP, 2024; Beula, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.).

¹ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFES), Mestre em Design e Multimídia (Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique/2018). Email: slayribeiro@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4152-7917>.

² Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP/2004). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: claravix50@gmail.com, ORCID: <http://lattes.cnpq.br/9723975125785156>.

³ Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP/). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: lizianej@gmail.com, ORCID: <http://lattes.cnpq.br/9337220113834468>.

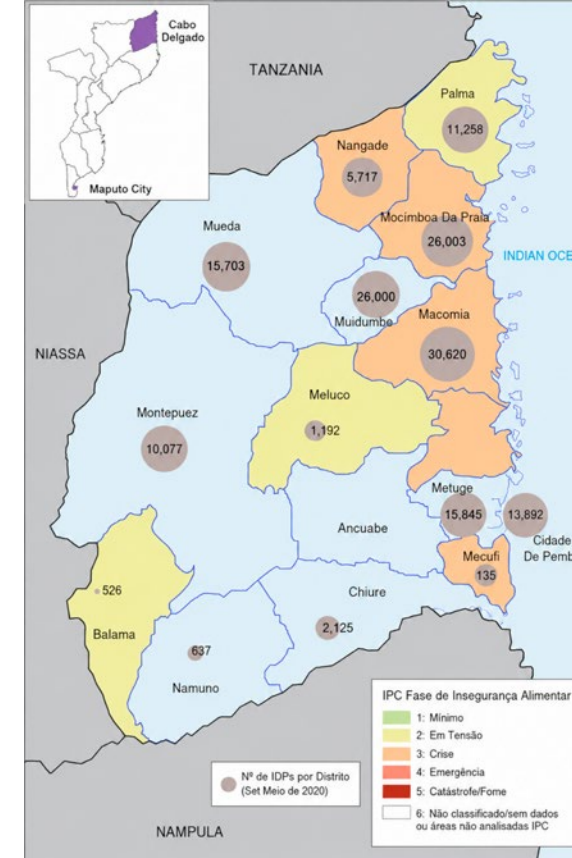


Figura 2 - Níveis de insegurança alimentar provocados pelo ciclone.
Fonte: OCHA, 2020.

Este artigo vai além de uma análise convencional do urbanismo pós-conflito, posicionando-se criticamente em relação às abordagens tecnocráticas e hegemônicas que caracterizam grande parte do planejamento urbano em países em desenvolvimento (Valencio, 2009; Amaral, 2022). Argumentamos que as políticas públicas e os instrumentos de planejamento urbanístico em Moçambique, muitas vezes herdados de modelos coloniais e elaborados "em gabinetes" com pouco conhecimento das realidades locais, têm falhado em responder eficazmente a esses desafios, perpetuando desigualdades e ocupações desordenadas (Amaral, 2022; Muacuveia, 2019; Araújo, 2003). A perspectiva do Capitaloceno nos permite desvelar as raízes históricas e estruturais da vulnerabilidade e das injustiças socioambientais, que são inerentes à forma como o sistema capitalista reorganiza o mundo material e apropria-se da natureza (Borinelli *et al.*, 2020; Gaboardi e Nunes, 2021).

Em meio ao caos da reconstrução e da rápida urbanização, as respostas mais eficazes e sustentáveis não vêm das soluções impostas de cima para baixo, mas sim do “urbanismo de resistência”, enraizado nos saberes vernaculares e nas tecnologias sociais das próprias comunidades (Amaral, 2022; Hernandez, 2022; Oliver, 2006; Baptista, 2014; Alberdi *et al.*, s.d.). Estas alternativas valorizam o conhecimento local, a capacidade de adaptação, a autoconstrução e o uso de materiais e técnicas disponíveis regionalmente, contribuindo para a restauração da dignidade e o fortalecimento da coesão social (Hernandez, 2022; Baptista, 2014). A escuta ativa das aspirações da comunidade é fundamental para desenvolver soluções que promovam a paz participativa e a construção de projetos de vida autodeterminados, como exemplificado pela agroecologia e o conceito de Bem Viver, que se opõem ao modelo desenvolvimentista eurocêntrico (Hernandez, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.).

Apesar da crescente atenção aos conflitos e à urbanização em África, a interconexão desses temas com uma crítica explícita ao Capitaloceno e a valorização profunda de saberes vernaculares e tecnologias sociais como pilares do urbanismo de resistência é uma área ainda pouco explorada na literatura (Amaral, 2022). Há uma lacuna na compreensão de como esses saberes e práticas comunitárias interagem ou se contrapõem às políticas públicas existentes, que frequentemente ignoram as dimensões sensoriais, emocionais e vividas das cidades e de seus habitantes (Amaral, 2022). Este estudo busca preencher essa lacuna, contribuindo para uma descolonização

dos estudos urbanos e para a promoção de um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável em Cabo Delgado (Amaral, 2022).

Com o objetivo de analisar de que forma o urbanismo de resistência, apoiado em saberes vernaculares e tecnologias sociais, interage ou se contrapõe às políticas públicas de reassentamento pós-conflito em Cabo Delgado, considerando os desafios e as oportunidades impostos pelas pressões socioeconômicas e ambientais do Capitaloceno, este artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresentará o quadro teórico que sustenta a análise do urbanismo de resistência e do Capitaloceno. Em seguida, detalharemos o contexto de Cabo Delgado, com foco nas políticas de reassentamento e na situação das comunidades. A terceira seção explorará os saberes vernaculares e as tecnologias sociais aplicadas à habitação e à gestão territorial. Por fim, as discussões e conclusões integrarão esses elementos para oferecer insights sobre as interações e conflitos entre as abordagens comunitárias e as políticas públicas, propondo recomendações para uma reconstrução pós-conflito mais inclusiva e resiliente.

Marcos teóricos sobre reassentamentos pós-conflito

Os deslocamentos involuntários de populações e os reassentamentos decorrentes de programas de desenvolvimento tornaram-se fenômenos de relevância global, exigindo soluções orientadas para políticas (Cernea, 1997, p.1569 tradução nossa). Michael Cernea (1997), do Banco Mundial, elaborou um modelo teórico que identifica os principais riscos e processos de empobrecimento inerentes a esses deslocamentos. Ele categoriza esses riscos como: (a) falta de terra; (b) falta de emprego; (c) falta de moradia; (d) marginalização; (e) insegurança alimentar; (f) perda de acesso a recursos de propriedade comum; (g) aumento da morbididade; e (h) desarticulação da comunidade. Para Cernea, a proteção e a reconstrução dos meios de subsistência das pessoas deslocadas são requisitos centrais para programas de reassentamento equitativos.

A política fundamental do Banco Mundial para operações de reassentamento involuntário prevê a prevenção ou redução do reassentamento, a reconstrução dos meios de subsistência e a partilha dos benefícios do projeto pelas populações afetadas, além da alocação de recursos adequados para esses objetivos (Cernea, 1997). Da mesma forma, organizações como a FAO, em suas “Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, Pescas e Floresta” estabelecem a responsabilidade dos Estados vulneráveis na proteção dos direitos das pessoas forçadas a abandonar suas residências (FAO, 2012 apud Mandamule, 2020, p. 3). UNDRR (2023) aponta que o “Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres” também enfatiza a necessidade de abordar o risco de deslocamento como parte dos esforços de cooperação e construção de resiliência, incluindo a proteção da terra, propriedade e outros bens produtivos durante o deslocamento.

Apesar da existência desses marcos, de acordo com Cernea (1997), a realidade empírica demonstra que, na maioria das vezes, os riscos de empobrecimento se materializam. As abordagens deficientes à reconstrução e as chamadas “abordagens minimalistas, residualistas ou assistencialistas” (Marsden, apud Cernea, 1997, p. 1569), baseadas no pagamento da menor compensação possível e no abandono das pessoas deslocadas, têm sido um grande fracasso. Para Cernea (1997), o empobrecimento não é uma fatalidade, mas uma “perturbação socialmente causada, não uma catástrofe natural”, cujos efeitos perversos podem e devem ser contrabalançados (p. 1570). O autor recorre à metáfora de um “terremoto social” para descrever a desarticulação das comunidades, a perda de laços íntimos, a alienação crescente, o enfraquecimento das estruturas familiares e a interrupção das atividades comunitárias após a deslocação, que são fatores significativos de agravamento da pobreza.

A ausência ou ruptura dos processos de comunicação entre planejadores e grupos afetados é uma das raízes do fracasso do reassentamento, frequentemente resultando em “participação invertida”, ou seja, em movimentos de oposição ativa contra os programas de desenvolvimento (Cernea, 1997, p. 1577). O autor salienta ainda que a retenção de informação, muitas vezes justificada para “evitar o pânico”, é na verdade enganosa e contraproducente, pois priva o programa da vasta contribuição que a energia dos próprios deslocados poderia dar à reconstrução de seus meios de subsistência. Em Moçambique, a realidade reflete essa crítica, com políticas e planos urbanísticos frequentemente “desenhados em gabinetes” com pouco conhecimento das realidades locais (Myers apud Amaral, 2022, p. 59-60) e uma falta de comunicação entre as instituições e a população (Tavares, 2022). O apoio governamental e humanitário é muitas vezes limitado, desorganizado e não chega a todos, com a ajuda sendo desviada para beneficiar autoridades locais (CIP, 2024). Além disso, autores como CIP (2024); Bande, Nhamirre e Cortez (2021) e Alberdi *et al.* (s.d.), destacam que a ausência do governo em muitas zonas de retorno e a falta de programas de assistência aos retornados evidenciam uma gestão “de cima para baixo” que falha em criar condições básicas para a retomada da vida comunitária.

Estudos sobre reassentamentos em Moçambique e no Sul Global

A urbanização moçambicana é caracterizada por uma “dualidade urbana” herdada do período colonial (cidade do cimento vs. cidade do caniço), onde as periferias crescem de forma desordenada e com infraestruturas deficientes (Maloa, 2019; Veríssimo, 2013; Araújo, 2003). Essa dualidade é intensificada em Cabo Delgado por fatores como o extremismo violento, desastres naturais, que acabam deslocando populações para as periferias dos centros urbanos.

Os reassentamentos em Moçambique, frequentemente causados por grandes projetos de extração de recursos naturais, ilustram a materialização dos riscos de empobrecimento de Cernea. Exemplos incluem o deslocamento de 736 famílias devido a uma mina de carvão em Benga (Tete), 1.000 em Moatize (Tete) em 2009, e mais de 5.000 devido a um novo projeto de gás natural em Palma (Cabo Delgado) (UN-Habitat, 2018). Estes projetos, vistos como essenciais para o desenvolvimento, aprofundam a violência estrutural e cultural contra as populações nativas, que veem seus direitos de uso e usufruto da terra perdidos em benefício de grandes corporações (Alberdi *et al.*, s.d.).

Em Cabo Delgado, o deslocamento forçado levou comunidades de pescadores *mwanis* a serem realocadas para áreas remotas do interior, distantes do mar, ou comunidades agrícolas reassentadas em áreas periurbanas com disponibilidade de terra muito limitada (Alberdi *et al.*, s.d.). Esta desconsideração das características geográficas, culturais e étnicas das comunidades resulta em perda de acesso a terras férteis, desintegração de laços comunitários e a criação de “novos territórios” que não correspondem às necessidades culturais das populações (Alberdi *et al.*, s.d.). Segundo CIP (2024) e UN-Habitat (2018), muitos reassentados acabam retornando às suas comunidades de origem devido a novas dificuldades, como a distância de serviços essenciais e a falta de meios de subsistência. A situação nas zonas de retorno permanece precária, com falta de abrigo digno, alimentação, acesso à saúde e infraestruturas destruídas (CIP, 2024).

Por sua vez, a realidade de Moçambique encontra paralelos em outras regiões do Sul Global. O modelo de Cernea⁴, desenvolvido a partir de dados empíricos de diversos países, incluindo a Índia, aponta para padrões semelhantes de empobrecimento e falta de justiça social em processos de reassentamento involuntário. No Brasil, por exemplo, segundo Soriano e Valencio (2009, p. 149) a construção de grandes barragens foi responsável por desalojar de mais de 200 mil famílias, com inundação de terras férteis e florestas, prejudicando comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A “territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação”, onde a remoção é muitas vezes justificada por discursos técnicos que obscurecem os vínculos sociais e as necessidades das comunidades (Valencio, 2009, p. 7). Nesses contextos, as intervenções urbanísticas e de desenvolvimento frequentemente resultam em perdas materiais, morais, físicas e emocionais, levantando questões sobre a sustentabilidade e a equidade do progresso (Valencio, 2009).

Relação entre políticas oficiais, produção do espaço e vulnerabilidades no Capitaloceno

O Capitaloceno é um conceito que se opõe ao de Antropoceno, argumentando que a atual era de crise planetária não é resultado da atividade humana em geral (*Anthropos*), mas sim intrínseca ao sistema capitalista global e à sua busca incessante por acumulação infinita (Moore, 2022). Jason W. Moore (2022) define o Capitaloceno como uma ecologia-mundo, uma civilização que articula capital, poder e natureza como um todo orgânico e instável. Portanto, as crises planetárias (ambientais, sociais e urbanas) são vistas como o resultado da estratégia audaz do capitalismo,

⁴ O modelo de Cernea define oito riscos socioeconômicos de empobrecimento em deslocações involuntárias: falta de terra, desemprego, privação de habitação, marginalização, problemas de saúde, insegurança alimentar, perda de bens comuns e desarticulação social. Esta matriz não visa apenas a compensação financeira, mas a inversão destes riscos através de uma estratégia centrada na reconstrução dos meios de subsistência e no desenvolvimento integrado. Ao antecipar e mitigar tais impactos, a ferramenta atua como uma “profecia autodestrutiva”, prevenindo que os danos potenciais se tornem realidades para as populações atingidas.

que desde o “longo” século XVI (Braudel, 1953, apud Moore, 2022) se consolidou sobre a dicotomia Natureza/Humanidade (Moore, 2022). Essa separação simbólica e material permitiu a exclusão da maioria dos humanos (povos indígenas, mulheres e escravizados) da categoria “Humanidade”, tratando-os como parte da Natureza, o que legitimou a violência e a opressão necessárias para a acumulação.

Dentro dessa lógica, a “Natureza Barata” constitui o mecanismo histórico-estrutural do capitalismo, uma lei fundamental de criação de ambiente que permitiu ao capital prosperar (Moore, 2022). Entretanto, o capitalismo floresceu apropriando-se do trabalho e da energia não remunerados de “naturezas globais” obtidas de graça ou a baixo custo. Para o capital, a Natureza é “barata” em dois sentidos: pela precificação reduzida de seus elementos e pela sua desvalorização ética e política (Moore, 2022). Moore (2022) destaca ainda que essa lógica é estruturada em torno das “Quatro Coisas Baratas” (*Four Cheaps*): alimento, energia, matéria-prima e força de trabalho. Para o autor, o sistema capitalista funciona porque paga apenas por um conjunto restrito de custos, mantendo todos os outros, sobretudo os de reprodução socioecológica, fora da contabilidade.

No contexto do Capitaloceno, a racionalidade de “Natureza Barata” reorganiza o mundo material e as relações de poder, produzindo assimetrias de consumo e choques ecológicos que afetam desproporcionalmente as comunidades marginalizadas (Borinelli *et al.*, 2021). Essa lógica também se manifesta na transformação das cidades em “objetos de consumo privado”, acessíveis apenas às classes economicamente favorecidas (Santos; Mello, 2020, p. 7). Os “Grandes Projetos Urbanos” (GPUs), como o “Novo Recife” no Brasil, são exemplos de como a lógica empresarial permeia a governança urbana, priorizando competitividade e produtividade em detrimento da participação popular e dos direitos urbanos (Santos; Mello, 2020).

Em Cabo Delgado, o conflito armado e a exploração de recursos minerais e de gás natural representam uma das expressões mais evidentes dessa guerra territorial travada em nome da expansão capitalista (Moore, 2022). As políticas de reassentamento e compensação atuam como ferramentas do *geopoder* do Estado, onde o se comporta como “senhorio final” que controla e entrega os valores de uso da natureza ao capital (Moore, 2022). Segundo Moore (2022) ao simplificar os processos de compensação e ignorar o valor social e cultural do território, essas políticas convertem a terra em “Natureza Social Abstrata”, codificando as naturezas humanas e extra-humanas para fins de acumulação.

Mesmo quando apresentadas como iniciativas de desenvolvimento, as políticas de reassentamento funcionam frequentemente como instrumentos de acumulação por espoliação, conceito fundamental para compreender a relação entre o capitalismo e a crise socioecológica. Em Moçambique, a exploração de recursos por empresas transnacionais tem resultado em desposseções sem precedentes, nas quais o Estado desempenha papel central na regulação e legitimação dos processos de privatização e expropriação (Borinelli *et al.*, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.).

A produção do espaço nos novos assentamentos, marcada por comunidades planejadas e infraestruturas padronizadas, não garante segurança, mas gera novas formas de vulnerabilidade. O reassentamento involuntário, muitas vezes conduzido por técnicos que desconsideram o contexto social e as necessidades reais dos cadastrados, compromete a permanência no território de origem e rompe redes de sociabilidade (Pontes, 2024).

Nos centros de reassentamento, as populações deslocadas enfrentam múltiplas formas de vulnerabilidade que comprometem sua autonomia e identidade. A perda de saberes tradicionais é um dos efeitos mais imediatos, caso das comunidades de pescadores realocadas longe do mar e agricultores instalados em terras inférteis veem suas práticas e conhecimentos ancestrais desaparecerem (Alberdi *et al.*, s.d.). Além disso, há desarticulação das redes de apoio, uma vez que o deslocamento rompe vínculos familiares e comunitários, dificultando a reconstrução de laços sociais (Alberdi *et al.*, s.d.; Valencio, 2009).

A dependência de sistemas econômicos formais inadequados aprofunda essa fragilidade, já que a ausência de mercados estruturados, o baixo nível de monetização e a limitação de acesso a tecnologias produtivas tornam as comunidades dependentes de ajuda externa, sem estímulo à produtividade ou valorização de suas capacidades (Alberdi *et al.*, s.d.). A vulnerabilidade na posse da terra e da moradia persiste, pois, embora a Constituição moçambicana garanta o direito à habitação adequada, sua aplicação é limitada, resultando em assentamentos informais e insegurança fundiária (Maloa, 2019; UN-HABITAT, 2018).

Essas condições precárias de moradia e o consequente estigma social completam o quadro de desterritorialização extrema: habitações temporárias, sem privacidade e submetidas a normas externas reforçam a perda de identidade e o sentimento de inferioridade imposto pelo rótulo de “desabrigado” (Valencio, 2009). Nesse cenário, o urbanismo de resistência, conforme Moore (2022), emerge como uma resposta à era do Capitaloceno, um chamado por novas formas de riqueza e sociabilidade, forjadas em diálogo com a teia da vida e além dos valores hegemônicos do capital.

Práticas comunitárias de produção do espaço: resistências, adaptações e diálogos

A compreensão de que o espaço não é um pano de fundo neutro, mas uma construção ativa, é fundamental para analisar o urbanismo de resistência. Para Lefebvre (2000), o espaço não é um dado neutro da natureza nem uma categoria filosófica a priori, mas uma realidade produzida historicamente pelas sociedades e pelos modos de produção para garantir sua própria existência e reprodução. Nesse sentido, Pontes (2024) reforça que a análise crítica do espaço deve considerar sua dimensão socialmente construída, e não apenas sua materialidade física. Este espaço é um “misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (Santos, 2006, p. 25), que é criado e transformado pela ação humana para responder às suas demandas (Muacuveia, 2019, p. 35). Ele é, em sua essência, social, moldado por relações de poder e interesses.

Lefebvre (2000) propõe uma tríade dialética para analisar a produção do espaço, sendo primeiro o “espaço percebido” (Prática Espacial), que se refere ao espaço da vida cotidiana, do “prático-sensível”, às interações e percursos diários que os indivíduos realizam. É a “prática espacial de uma sociedade” que “secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando” (*Ibid.*, p. 65). O autor salienta que este espaço conecta o local ao global, abrangendo tanto espaços banalizados quanto privilegiados. Em seguida **o teórico apresenta** o “espaço concebido” (representações do espaço), que corresponde aos conceitos, planos e discursos que os urbanistas, arquitetos, planejadores e o poder político elaboram sobre o espaço (*Ibid.*). São “abstratas”, mas “entram na prática social e política” e possuem um “alcance considerável e uma influência específica na produção do espaço” (*Ibid.* p. 69). Estas representações se tornam instrumentos de saber e poder, capazes de “violentar um espaço existente”, ordenando-o e classificando-o para servir aos interesses do Estado (*Ibid.*). Por último,

encontramos o “espaço de representação” (espaços de representação), que é o espaço vivido, carregado de significados simbólicos, afetivos e culturais (*Ibid.*). É onde a imaginação e as “virtualidades, aquelas da obra e da reapropriação” residem (*Ibid.*, p. 473). O autor considera que é o espaço onde a contra-cultura e as alternativas utópicas ao espaço “real” existente podem se expressar. No contexto dos deslocados, este espaço é vital para a afirmação de suas identidades.

Complementando Lefebvre, Santos (2006) oferece uma perspectiva que entende o espaço como uma totalidade indissociável de objetos e ações. Para Santos (apud Pontes, 2024, p. 11), o espaço não é um “termo em si”, mas sim o “território usado”, que ele define como “o chão mais a identidade”. A identidade é compreendida como o “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, e o território é o “fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, apud Pontes, 2024, p. 11). Para Muacuveia (2019) essa visão destaca a interdependência entre a materialidade do espaço e as relações sociais que o produzem e o significam.

Experiências de autoconstrução e auto-organização

A autoconstrução, embora muitas vezes vista como uma solução para o déficit habitacional em países em desenvolvimento (UN-Habitat, 2018), é apresentada não apenas como uma necessidade, mas como um ato político de resistência (Pontes, 2024; Baptista, 2014). Para a maioria dos moçambicanos, a “autoconstrução permanecerá como o principal meio para ter acesso a uma moradia acessível” (UN-habitat, 2018, p. 121). Segundo Pontes (2024) a ocupação de áreas de risco e a formação de loteamentos irregulares são exemplos de como grupos excluídos utilizam a autoconstrução como uma estratégia de sobrevivência e afirmação territorial. De acordo com Baptista (2014) críticos, como John Turner, defendiam a autoconstrução e a autogestão dos recursos, argumentando que os sistemas industriais de grande escala são ineficientes e estimulados por profissionais egoístas. O autor ressalta, entretanto, que, se não acompanhada de mudanças estruturais, a autoconstrução pode reforçar divisões de classe e evidenciar a incapacidade do Estado em responder ao déficit habitacional. Por fim, Baptista (2014) destaca que participação local, baseada no conhecimento dos moradores, é fundamental nos processos de decisão e reconstrução.

Nesse ponto, o debate sobre a autoconstrução se aproxima do conceito de Tecnologias Sociais (TS), compreendidas como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social” (Dias e Novaes, 2010, p. 158). Segundo Dagnino (2010) elas representam uma alternativa crítica à tecnologia convencional e capitalista. Em Cabo Delgado, a reconstrução pós-conflito não se resume a erguer paredes; ela exige uma abordagem que reconheça e valorize a resiliência comunitária e a capacidade de auto-organização (Alberdi *et al.*, s.d.).

Portanto, as TS partem das necessidades sentidas pelas comunidades, garantindo a participação dos usuários desde a concepção dos artefatos tecnológicos (Dagnino, 2010). A reconstrução em Cabo Delgado, conforme destaca Beula (2022, p. 3) a Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (ERDIN), busca reconstruir o “tecido social e económico” e “apoiar as capacidades das comunidades locais para gerir choques climáticos ou de outra natureza”. Para (Alberdi *et al.*, s.d.) isto implica em reconstruir redes de apoio, como os laços sociais e mecanismos solidários que foram enfraquecidos pelos deslocamentos. É necessário “fortalecer as capacidades coletivas visando a melhoria dos meios de subsistência” (Alberdi *et al.*, s.d., p71). Portanto, reconstrução também envolve a criação de novas

formas de governança local, pautadas pela participação popular e pelo diálogo (Beula, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.) A ideia de “Bem Viver” (Good Living) surge como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida, baseadas na confluência natureza(s)-cultura(s) e no cuidado, em oposição à noção eurocêntrica de desenvolvimento (Hernandez, 2022). Para Alberdi *et al.*, (s.d.), essa abordagem crítica e participativa, que integra os saberes locais e as idiosincrasias culturais, demonstra ser a verdadeira fonte de resiliência, permitindo que as comunidades não apenas se recuperem, mas melhorem suas condições de vida.

Tensões e negociações: diálogos e conflitos

Observa-se um embate constante entre a lógica formal e padronizada dos planos oficiais e a lógica informal e orgânica das comunidades (Maloa, 2019). Os planos oficiais, frequentemente influenciados por um “paradigma moderno de urbanidade” que prioriza o crescimento econômico e o fluxo de capital, são desenvolvidos sem a devida participação popular (Santos e Mello, 2020), resultando em “abordagens minimalistas, residualistas ou assistencialistas” (Marsden apud Cernea, 1997, p. 1579). Em Moçambique, a “cidade de cimento” (formal e ordenada) contrasta com a “cidade do caniço” (periférica e precária), refletindo essa dualidade e segregação socioespacial (Maloa, 2019; Ribeiro, 2019; Veríssimo, 2013).

As políticas de reassentamento, segundo Pontes (2024), muitas vezes estabelecem critérios de atendimento que não consideram o contexto social e as necessidades reais dos deslocados. Para Cernea (1997, p. 1577) a retenção de informação por parte das agências, sob a justificativa de evitar pânico, é “enganosa e autodestrutiva”, privando os programas da contribuição dos próprios deslocados. A gestão pública, por vezes, age de maneira arbitrária, priorizando interesses particulares de empresários e políticos em detrimento das leis urbanísticas e da participação popular (Santos e Mello, 2020). Essa lógica é vista como “cega às vontades e necessidades da população e sem respeitar a memória histórica da cidade” (Santos e Mello, 2020, p. 16-17). Os conflitos relacionados à água, por exemplo, são frequentemente despolitizados pelo conhecimento técnico hegemônico, que os trata como “externalidades” ou limitações da natureza, ignorando as causas sociais e políticas (Borinelli *et al.*, 2020).

Segundo Pontes (2024) o espaço de reassentamento e de vida das comunidades, especialmente em contextos de vulnerabilidade, torna-se um campo de negociação contínua. As comunidades não são passivas, mas “agentes que respondem com base em formas de ser e estar no mundo herdadas, construídas de forma interativa ao longo da sua experiência, e que agem de maneira criativa” (Alberdi *et al.*, s.d., p. 88). Para Siena e Valencio (2009) mesmo em abrigos temporários, os afetados buscam reproduzir seu ambiente privado em espaços públicos, tentando restabelecer suas rotinas e identidades. Segundo Cernea (1997) as comunidades afetadas demonstram interesse em melhorar suas moradias e utilizam recursos próprios para complementar as compensações. O autor salienta haver exemplos de grupos que negociam com os projetos para obter melhores condições de terra.

A autonomia da ação (Santos, 2006) e a capacidade de modificação das casas padronizadas para atender às suas necessidades são manifestações de resistência. De acordo com Baptista (2014) a flexibilidade na arquitetura é crucial para se ajustar às necessidades individuais, permitindo que os usuários influenciem o design e a produção do edifício.

A busca por uma “democracia direta” e a participação social na gestão urbana são centrais para a construção de uma cidade mais humana (Santos e Mello, 2020). A criação de espaços de lazer, de convivência e a ocupação de praças como “bens comuns urbanos” **são formas de reverter a lógica da urbanização capitalista** (Reis e Vêras, 2024, p. 556). Ferramentas como a “Maquete Interativa” demonstram como as comunidades podem projetar e manejar cenários, negociando sentidos e visualizando conflitos, promovendo uma autêntica polifonia e superando a assimetria de poder (Valencio, Siena e Marchezini, 2009).

Neste ponto, o “urbanismo de resistência” se manifesta, traduzindo-se na luta pelo “Direito à Cidade” (Santos e Mello, 2020; Reis e Vêras, 2024). É a rejeição da cidade como “mercadoria” e a reivindicação de uma cidade como “construção coletiva da sociedade”, reafirmando sua função social e fortalecendo valores comunitários (Santos e Mello, 2020, p. 23). Os autores consideram ser uma luta por “Reforma Urbana” aquela que emerge da crise urbana e busca transformar a cidade para que seja mais justa e humana. Para Pontes (2024) a capacidade dos movimentos sociais organizados de influenciar a apropriação do espaço urbano e mitigar a segregação é uma prova de que a criação do espaço é um processo vivo e dinâmico, constantemente moldado pelas interações e tensões entre os diversos agentes sociais.

Urbanismo de resistência e alternativas urbanas no Capitaloceno

O Urbanismo de Resistência pode ser definido como um conjunto de práticas e estratégias de base, que emergem de comunidades marginalizadas, para construir espaços e modos de vida que desafiam as lógicas destrutivas e predatórias do Capitaloceno (Rotondaro, 2021; Santos, 2006). Segundo Rotondaro (2021) essas práticas frequentemente surgem como resposta a um planejamento hegemônico que acentua a desigualdade social e econômica e mercantiliza as cidades, privilegiando grupos financeiros em detrimento da maioria da população. A autora considera o planejamento hegemônico, elaborado, por maioria das vezes, por um grupo limitado e restringe a participação da sociedade. Em contraste, o Urbanismo de Resistência busca o reconhecimento e o empoderamento de comunidades desfavorecidas, promovendo formas de gestão do território baseadas na autonomia e na autodeterminação (Rotondaro, 2021; Baptista, 2014; Alberdi *et al.*, s.d.). Para Baptista (2014) isso pode incluir a autoconstrução e a gestão individual ou comunitária de recursos, rejeitando soluções padronizadas impostas por autoridades e técnicos externos. Segundo Santos e Mello (2020) tais movimentos sociais urbanos contestam a lógica de que o direito à cidade se manifesta apenas pelo acesso a bens e empreendimentos do progresso, enfatizando, em vez disso, a necessidade de maior participação de todas as classes sociais nas decisões e planejamento da cidade.

O urbanismo de resistência não é uma mera resposta a um conflito pontual, mas uma reação à forma como o sistema capitalista tardio, o Capitaloceno, produz violência e desigualdade através da apropriação de territórios e recursos (Borinelli *et al.*, 2020). Para os autores, o conceito de Capitaloceno destaca que a atual crise socioecológica planetária é atribuída ao capitalismo, e não a toda a humanidade. Segundo Santos e Mello (2020) a lógica capitalista neoliberal, com sua busca por produtividade e competitividade, tende a transformar a cidade em um objeto de consumo privado, acessível apenas a uma parcela da população economicamente favorecida, gerando um conflito entre o “direito à cidade” e a “cidade mercadoria”. Essa lógica hegemônica de transformar a cidade em um objeto de consumo e de fluxo de capital, material, informação e transporte, muitas vezes, esquece, marginaliza ou exclui a maioria dos indivíduos que vivem nela de espaços públicos, seguros e sistemas habitacionais dignos (Reis e Vêras, 2024; Santos e Mello, 2020). A modernização dos espaços

urbanos, impulsionada pelo capital, constrói e destrói cidades, gerando um “caldeirão de frustrações” para os habitantes e demandas não atendidas pelo poder público, com a consequente repassagem da responsabilidade pelo planejamento urbano à iniciativa privada, que prioriza o lucro (Santos e Mello, 2020, p. 23).

Tecnologias Sociais, redes comunitárias e inovação urbana em cenários de crise

As Tecnologias Sociais (TS) e as redes comunitárias (sejam elas de apoio mútuo, de produção de alimentos ou de compartilhamento de saberes) são as ferramentas concretas para a produção de inovação em cenários de crise (Novaes e Dias, 2010). A TS é concebida para a inclusão social, diferente da tecnologia convencional (TC) que é funcional para empresas privadas (Dagnino, 2010). Para Dagnino (2010); Novaes e Dias (2010) ela envolve a construção coletiva de conhecimento, incorporando valores, interesses e saberes dos excluídos, em vez de uma mera “oferta” ou “transferência” de conhecimento. Feenberg (apud Dagnino; Brandão e Novaes, 2010) argumenta que a tecnologia não é neutra, mas carregada de valores e interesses, e que o reprojeto tecnológico deve incorporar a participação democrática no processo de trabalho, critérios ambientais, saúde dos trabalhadores e consumidores, e o desenvolvimento das potencialidades intelectuais. Isso permite um “uso contra-hegemônico do conhecimento e da tecnologia” (Feenberg apud Novaes e Dias, 2010, p. 142). Em cenários de crise, como os de deslocamento, segundo a UN-Habitat (2018) a autoconstrução e o uso de materiais locais, aliados a assistência técnica e o fornecimento de terrenos urbanizados, são destacados como meios para que a maioria da população tenha acesso a moradia acessível e resiliente.

Baptista (2014); Alberdi *et al.* (s.d.) as redes informais de solidariedade desempenham um papel crucial na capacidade das comunidades de responder a crises e reconstruir seus meios de subsistência. Em Moçambique, por exemplo, segundo Bande, Nhamirre e Cortez (2021), o governo inicialmente não criou centros de acolhimento tradicionais para deslocados de conflito armado, levando as pessoas a residirem em casas de familiares, amigos ou conhecidos, formando as chamadas famílias de acolhimento. Para Alberdi *et al.* (s.d.) essa dependência de redes informais ressalta a importância da coesão social e do apoio mútuo, que são desafiados pela escassez de recursos e pela distribuição desigual da ajuda humanitária. De acordo com Santos e Mello (2020) a participação social é vista como essencial para uma cidade mais humana e para a superação de problemas como a crise do sistema democrático que exclui a participação popular. O fortalecimento dessas redes e a valorização das vozes das comunidades são fundamentais para o sucesso de qualquer iniciativa de reconstrução (Alberdi *et al.*, s.d.).

Perspectivas de justiça territorial e direito à cidade em Cabo Delgado

Em Cabo Delgado, a justiça territorial é uma questão central devido aos conflitos armados, desigualdades sociais e econômicas, extrativismo estrangeiro e expropriação de terras (Amaral, 2022; Tavares, 2022). O conflito está alterando a ordenação territorial e demográfica, forçando centenas de milhares de pessoas a abandonar seus meios de subsistência (Alberdi *et al.*, s.d., p. 63). Para Tavares (2022) os desafios incluem pobreza generalizada, exclusão, marginalização, deficiente capital humano e frustração de expectativas sociais em relação à exploração de recursos naturais. Loureiro e Layrargues (2013) a intervenção de projetos de desenvolvimento muitas vezes falha em abordar a distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens ambientais. Segundo CIP (2024); Alberdi *et al.* (s.d.) a reconstrução exige uma abordagem que vá além da ajuda humanitária e promova o desenvolvimento

sustentável e a reconciliação comunitária, centrando-se na justiça social com emprego, direitos, educação, serviços públicos, saúde, infraestruturas de mobilidade e comunicação, segurança social, inclusão e proteção. Para Alberdi *et al.* (s.d.) isso contrasta com o modelo de desenvolvimento preexistente, que apresentava enormes deficiências e desigualdades construídas sobre uma violência histórica lenta.

David Harvey (2008) concebe o Direito à Cidade não apenas como a possibilidade individual de usufruir dos recursos urbanos, mas como a capacidade coletiva de transformar a cidade e, nesse processo, transformar a nós mesmos. O autor argumenta que não se trata meramente do acesso a bens e serviços urbanos, mas da capacidade de reconstruir e reinterpretar a cidade como um corpo político diferente do que existe, sendo este um direito comum que depende do exercício de um poder coletivo para moldar o processo de urbanização. Complementarmente, ele critica as formulações liberais de justiça social por serem insuficientes para combater as desigualdades urbanas, as quais são produtos estruturais do capitalismo que exigem a transformação dos modos de produção, consumo e distribuição (Harvey apud Santos e Mello, 2020; Harvey apud Cunha, 2025).

No contexto de Cabo Delgado, onde o conflito armado levou à destruição de infraestruturas, expropriação de terras e ao deslocamento de centenas de milhares de pessoas de seus meios de subsistência, a reconstrução pós-conflito é, fundamentalmente, uma luta pelo direito de decidir sobre o futuro de suas próprias comunidades e territórios. Isso implica em desafiar a lógica destrutiva e predatória do Capitaloceno (Santos e Mello (2020) e superar um sistema preexistente que já apresentava “enormes deficiências e desigualdades construídas sobre a base de uma violência histórica lenta” (Alberdi *et al.*, s.d., p. 66). A reconstrução em Cabo Delgado deve ser um processo inclusivo, resiliente, informado e transparente, pautado por um amplo diálogo e participação da sociedade civil (Tavares, 2022). Para Alberdi *et al.* (s.d.), é essencial dar voz ativa aos protagonistas locais, valorizando seus conhecimentos e propostas para a construção da paz e do bem-estar. Segundo Rotondaro (2021); Alberdi *et al.* (s.d.) traduz-se na busca por justiça social (incluindo emprego, direitos, educação, serviços públicos, saúde e infraestruturas) e justiça cognitiva, respeitando os imaginários culturais e as aspirações das comunidades, capacitando-as a se autodeterminarem frente a um planejamento que tradicionalmente as marginaliza.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada para compreender como as políticas públicas de reassentamento em Cabo Delgado interagem ou entram em conflito com práticas comunitárias de produção do espaço no contexto do Capitaloceno. Esse enquadramento permite interpretar as dinâmicas sociais e territoriais a partir de uma perspectiva crítica, indo além da mensuração de dados e privilegiando a análise das tensões, resistências e alternativas urbanas emergentes.

A escolha por uma perspectiva qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar a interação entre políticas oficiais de reassentamento e práticas comunitárias a partir de uma visão crítica e interpretativa. Mais do que mensurar dados quantitativos, busca-se compreender como e por que essas práticas dialogam, resistem ou se contrapõem, considerando o enquadramento teórico do Capitaloceno e do urbanismo de resistência.

Foram utilizadas três principais técnicas de investigação: análise documental, com foco em políticas oficiais de reassentamento (como o *Plano de Reconstrução de Cabo Delgado* e a *Política de Gestão de Deslocados Internos*), relatórios de agências internacionais e documentos de ONGs; revisão bibliográfica, abrangendo autores

clássicos e contemporâneos como Lefebvre, Santos, Harvey, além de estudos sobre mobilidades forçadas e urbanismo crítico no Sul Global.

A análise foi estruturada em três etapas: (i) mapeamento das políticas oficiais e de suas implicações socioespaciais; (ii) levantamento das práticas comunitárias de autoconstrução, tecnologias sociais e estratégias de resistência; e (iii) cruzamento interpretativo entre os dois campos à luz das categorias de produção social do espaço, urbanismo de resistência e Capitaloceno. Reconhece-se como limitação a ausência de pesquisa de campo direta, suprida pelo uso de fontes secundárias robustas.

Compatibilidade e conflitos nas políticas de reassentamento

A análise das políticas oficiais de reassentamento em Cabo Delgado revela uma colisão marcante entre o “espaço concebido” e o “espaço vivido” (Lefebvre, 2008). Para o autor, o “espaço concebido” é o produto dos planejadores e das instituições, expresso em documentos, regulamentos e planos que, muitas vezes, desconsideram as realidades e necessidades locais. As deslocamentos involuntários de populações e os reassentamentos decorrentes de programas de desenvolvimento, embora ocorram em escala global, frequentemente resultam em soluções insuficientes, como destaca Cernea (1997). Muitas dessas iniciativas são marcadas por “abordagens minimalistas, residualistas ou assistencialistas” (Marsden, apud Cernea, 1997, p. 1579), focadas em compensação de perdas materiais em vez de reconstrução e melhoria dos meios de subsistência (Cernea, 1997).

O modelo de riscos de Cernea (1997) identifica oito processos de empobrecimento nos processos de deslocamento: falta de terra, falta de emprego, falta de moradia, marginalização, insegurança alimentar, perda de acesso a recursos de propriedade comum, aumento da morbidade e desarticulação da comunidade. Estes riscos são exacerbados quando as políticas oficiais não alinham o “espaço concebido” com o “espaço vivido” das comunidades. Cernea (1997) a retenção de informação pelas agências, justificada como forma de evitar pânico, é descrita como “enganosa e autodestrutiva”, pois priva os programas da contribuição essencial da energia dos deslocados. O autor considera essa disfunção nas relações entre planejadores e grupos afetados como sendo uma das raízes do fracasso do reassentamento, frequentemente gerando “participação invertida” e oposição ativa.

Em Moçambique, a Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (ERDIN), embora reconheça causas internas do conflito como pobreza, exclusão, marginalização e expropriação de terras, segundo Tavares (2022), ainda precisa garantir um amplo diálogo e participação da sociedade civil para assegurar uma reconstrução inclusiva e transparente. O autor salienta que existe a possibilidade de conflitos de terras entre as populações deslocadas e locais, tanto nas zonas de reassentamento quanto no retorno às suas origens. Esta possibilidade é vista numa das entrevistas feita a arquiteta que trabalhou no processo de reassentamento, em que relata:

O reassentamento foi feito um pouco distante da população local, de modo que cada um viva livremente; foram igualmente atribuídas áreas de cultivo aos deslocados. Por serem um número maior, outros recorreram aos locais para obtenção de um pedaço de terra para abertura de machambas a título de empréstimo (Entrevistada, 2025).

Portanto, estas disputas são inerentes à forma como o planejamento urbano é implementado, muitas vezes sem seguir as leis urbanísticas e ritos de participação popular, satisfazendo interesses particulares de empresários e políticos (Santos e Mello, 2020). O projeto “Novo Recife” é um exemplo claro, criticado pelo movimento Direitos Urbanos por agravar problemas como a mobilidade e concentrar poder de decisão em corporações e políticos (Blog Direitos Urbanos apud Santos e Mello, 2020).

As políticas oficiais frequentemente tornam invisíveis os saberes e práticas locais e vernaculares, impondo uma lógica técnica e homogeneizadora. Em Moçambique, a urbanização dual, com a “cidade de cimento” (formal e ordenada) e a “cidade de caniço” (precária, mas consolidada pela autoconstrução), ilustra essa invisibilidade. Segundo Maloa (2019) os planos urbanos são gerados por uma “elite”, enquanto a prática de construção popular se baseia em manuais orais e técnicas simples. Cernea (1997) descreve que a literatura sobre reassentamento raramente estudou em profundidade a contribuição da energia dos deslocados e suas organizações. Para a UN-Habitat (2018) a valorização da cultura em desenvolvimento habitacional em Moçambique, com o envolvimento comunitário adequado, oferece espaço para práticas melhoradas, como o tamanho dos talhões disponibilizados, mas a realidade ainda impõe medidas holísticas para a inclusão de grupos vulneráveis.

A incompatibilidade entre políticas e realidades locais se conecta diretamente à crítica do urbanismo hegemônico. Segundo Henri Lefebvre (2000), a “produção do espaço” é um processo social complexo, onde o “espaço concebido” (ideias de planejadores, cientistas, urbanistas) se choca com o “espaço vivido” (as práticas e representações dos habitantes) e o “espaço percebido” (a materialidade do espaço). Neste preceito, segundo o autor, o urbanismo hegemônico tende a impor um “código” que busca homogeneizar o espaço e subordinar a vida social a interesses de acumulação, resultando em contradições e conflitos.

David Harvey (2008) argumenta que a urbanização, sob o capitalismo, é um fenômeno de classe impulsionado pela absorção do excedente, frequentemente através da “destruição criativa” que impacta desproporcionalmente os pobres. O “direito à cidade” não é apenas o acesso individual a recursos, mas o direito de mudar a si mesmo pela mudança da cidade, um “direito comum antes de individual”, que depende do exercício do poder coletivo para moldar o processo de urbanização (Harvey, 2008, p. 74). Para Santos e Mello (2020) a lógica de gestão empresarial nas cidades, incentivada por instituições como o Banco Mundial, visa produtividade e competitividade, transformando a cidade em um “objeto de consumo privado”, um modelo que o movimento Direitos Urbanos descreve como “insidioso”.

O conceito de Capitaloceno, segundo Gaboardi e Nunes (2021) contextualiza esses conflitos, mostrando como a dominação e exploração da natureza são perpassadas pelas relações políticas e econômicas do capitalismo global. O urbanismo hegemônico, alinhado com essa lógica, ignora as dimensões sensoriais e emocionais das cidades, perdendo de vista seus habitantes (Mbembe e Nuttall, 2004; Simone, 2004, apud Amaral, 2022). Para Cunha (2025) a ineficácia redistributiva das políticas urbanas e a subutilização de instrumentos para combater desigualdades socioespaciais são pontos cegos na regulação urbanística, evidenciando como a agenda progressista pode ser cooptada por interesses de mercado.

Estratégias comunitárias de resistência e adaptação

Em face das lacunas e falhas das políticas oficiais, as comunidades em Cabo Delgado, e em outros contextos de deslocamento forçado, desenvolvem estratégias robustas de autoconstrução e auto-organização como forma de resistência e adaptação. De fato, foi relatado pelos técnicos que a auto-organização das moradias dependia dos proprietários no processo de autoconstrução. Um dos técnicos relata que no reassentamento em que trabalhou “(...) as Cáritas Diocesanas, entravam nos bairros e viam quais famílias são necessitadas e o afastamento da casa em relação a rua, dependia do dono do terreno.” (Entrevistada, 2025).

A experiência moçambicana, onde a “cidade de caniço” se consolidou ao longo das décadas com moradias precárias, mas com um aspecto de permanência, é um testemunho da capacidade das populações de construir seus próprios espaços de habitação, afinal, segundo UN-Habitat (2018), 90% das construções em Moçambique são de autoconstrução. As comunidades deslocadas em Cabo Delgado, agem de maneira criativa, adaptando-se e gerando “estratégias de construção do futuro” com base em suas experiências e formas de ser (Vincent & Sorensen apud Alberdi *et al.*, s.d.).

No Brasil, segundo Novaes e Dias (2010), os mutirões autogeridos por movimentos sociais são exemplos concretos de auto-organização, onde o controle popular se estende desde a identificação de terrenos e escolha dos projetos das casas até a organização do trabalho, contratação e negociação com o governo e empresas. Essa prática não é apenas uma solução para a carência habitacional, mas também um “espaço excepcional para a experimentação do que pode vir a ser um desenho emancipado” (Novaes e Dias, 2010, p. 131). Para Alberdi *et al.* (s.d., p. 52) a ausência de um mercado de trabalho formal, a baixa monetização da economia local e as limitações de acesso a infraestruturas e capital de investimento em Cabo Delgado tornam a atenção aos “mecanismos informais e às realidades econômicas locais” fundamental para o sucesso das iniciativas de reconstrução.

As redes comunitárias desempenham um papel crucial na resistência e adaptação. Elas se baseiam em laços familiares, de vizinhança e identidade étnica, e são vitais para a coesão social e a gestão de recursos. Em Cabo Delgado, segundo Alberdi *et al.* (s.d.) a identificação e valorização de lideranças tradicionais, religiosas e comunitárias são essenciais, pois essas figuras podem promover uma maior coesão social e dar voz às propostas das comunidades deslocadas. Cernea (1997) fala da interessante experiência chinesa de reassentamento, que manteve propositadamente as comunidades e valorizou bens comunitários, compensando-os financeiramente para a reconstrução, demonstrou como o fortalecimento dessas redes pode ser institucionalmente apoiado.

Santos e Mello (2020) movimentos sociais como o Direitos Urbanos, em Recife, são exemplares de redes que emergem para denunciar falhas na gestão urbana e propor reformas. Estes movimentos, segundo Santos e Mello (2020), articulam demandas por uma “democracia direta”, participação popular na gestão urbana e crítica à mobilidade centrada no transporte individual. Para os autores, o movimento Direitos Urbanos defende uma reforma urbana pautada em demandas centralizadas, buscando construir uma cidade mais humana, e seu discurso é contra-hegemônico, percebendo o setor privado como antagônico à melhoria das cidades. Para Cernea (1997) a solidariedade comunitária na partilha de perdas, como a terra, e a redistribuição de terras entre agricultores deslocados e não deslocados, são exemplos de práticas de rede que reforçam a resiliência.

As estratégias comunitárias de autoconstrução e auto-organização podem ser compreendidas como manifestações do urbanismo de resistência. Este conceito é central para as lutas pelo "direito à cidade", que, para Harvey (2008) e Lefebvre (2006), transcende a liberdade individual de acesso a recursos, sendo o direito de transformar a si mesmo pela transformação da cidade através do poder coletivo. Para Santos e Mello (2020, p. 6) o direito à cidade é um "slogan significativo para teóricos, planejadores, ativistas e cidadãos" que buscam cidades mais justas e democráticas. Rotondaro (2021) concebe o território não apenas como um dado físico, mas como um produto das relações sociais e de poder, onde as práticas cotidianas dos habitantes o moldam e atribuem significado. A luta pela terra, por exemplo, não é apenas por um recurso, mas pela "manutenção da vida", envolvendo a reprodução, o meio ambiente, o acesso à água e alimentos saudáveis (Rotondaro, 2021). A autora destaca que territorialidade, para além da apropriação material e funcional, inclui a apropriação cultural-simbólica, onde o lugar imprime sentido à existência.

As Tecnologias Sociais (TS) são ferramentas essenciais nesse urbanismo de resistência. Para Dagnino (2010) elas se contrapõem à tecnologia convencional, que serve à maximização do lucro privado, ao propor soluções desenvolvidas em interação com a comunidade, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade. A TS, segundo Dagnino (2010), envolve a construção coletiva de conhecimento e a incorporação dos valores, interesses e saberes dos excluídos. Para Dagnino, Brandão e Novaes (2010) a metáfora do "tecido sem costuras" da sociedade, política e economia reforça que a tecnologia é socialmente construída por "grupos sociais relevantes". O uso contra-hegemônico do conhecimento e da tecnologia, proposto por Feenberg (apud Dias e Novaes, 2010), sugere que a tecnologia é um espaço de luta social onde projetos políticos alternativos estão em disputa.

Portanto, as comunidades em Cabo Delgado, ao empreenderem a autoconstrução e a auto-organização, e ao fortalecerem suas redes de apoio, estão ativamente engajadas na produção de seu "território usado", imbuído de um "espaço de representação" que reflete seus saberes vernaculares e a busca pelo direito à cidade. Essas ações, fundamentadas na Teoria da Tecnologia Social e na crítica do urbanismo hegemônico no Capitaloceno, constituem um urbanismo de resistência vital para a reconstrução pós-conflito.

Alternativas urbanas emergentes e potenciais de transformação

O contexto de conflito e deslocamento forçado em Cabo Delgado, embora desafiador, tem estimulado a emergência de alternativas urbanas inovadoras, enraizadas na crise e na necessidade de sobrevivência (International Growth Centre, 2024; Feijó, Maquenzi, Salite, e Kirshner, 2022; Amaral, 2022). A população afetada, muitas vezes desprovida de apoio estatal adequado, desenvolve "práticas de vida autônomas e emancipadas dos modos capitalistas" (Hernandez, 2022, p. 44).

Em Moçambique, a urbanização periférica é marcada pela informalidade e pela utilização de materiais híbridos (industrializados e naturais) na construção, como cimento, chapas de zinco, argila e outros, igual foi relatado nas entrevistas. Uma das arquitetas relata que no reassentamento em que trabalhou, as comunidades "(...) utilizam chapas de zinco, embora a qualidade nem sempre seja das melhores." A outra entrevista foi de um técnico de construção que relatou "(...) fizemos as salas de aulas com o material local precário, com recurso ao bambu, estacas, madeira e chapas de zinco." Aliado a esta informação, encontramos uma outra entrevista feita a um engenheiro civil, relata que no reassentamento em que trabalhou, uma das soluções técnicas incorporadas para aumentar a segurança estrutural e a durabilidade das habitações foi:

(...) adoção de técnicas de reforço das estacas por ser o material de suporte, mas também, melhoria das paredes, isto é, uso de cimento para o reboco das paredes, para garantir mais resistência em caso de chuvas, o que verifica normalmente a parede de pois da chuva ela se desfaz (Entrevista, 2025).

Segundo Baptista (2014) essa adaptação e inovação a partir de recursos locais e conhecimentos tradicionais é uma forma de "saber vernacular" que se manifesta na resiliência das comunidades. Projetos como o de Maxaquene Norte e Polana Caniço demonstram como o envolvimento comunitário na discussão sobre o tamanho dos lotes e a replicação independente de processos podem levar a soluções habitacionais bem-sucedidas, mesmo com intervenção limitada do projeto oficial (UN-Habitat, 2018). Essas práticas se encaixam no espaço percebido de Lefebvre, onde a vida cotidiana e as estratégias de subsistência são forjadas na interação direta com o ambiente e os recursos disponíveis.

A Tecnologia Social, definida como uma abordagem participativa onde os usuários co-constroem as soluções desde a concepção, é crucial nesse cenário (Dagnino, 2010). Em Cabo Delgado, a recuperação dos meios de subsistência das populações deslocadas e de acolhimento exige a consideração de mecanismos informais e das realidades econômicas locais. Isso inclui, segundo Alberdi *et al.* (s.d.), o fortalecimento de capacidades comunitárias, mediações comunitárias e diálogos inter-religiosos/interétnicos para a construção da paz, com a participação efetiva de jovens e mulheres. Para Dagnino (2010) tais iniciativas representam uma inovação social, emergindo da base para enfrentar problemas de habitação popular, alimentação e energia. O movimento Direitos Urbanos no Recife, por exemplo, demonstra como a sociedade civil organizada pode articular uma crítica ao planejamento hegemônico e propor pautas como a preservação do patrimônio histórico, mobilidade urbana de qualidade e sustentabilidade urbana (Santos e Mello, 2020).

As práticas de resistência e inovação em Cabo Delgado ressoam com o Direito à Cidade de David Harvey e Henri Lefebvre, que é "o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade" através de um "poder coletivo". (Harvey, 2008, p. 74; Lefebvre, 2006) O movimento Direitos Urbanos no Recife exemplifica essa luta por cidades mais justas e democráticas. Complementarmente, o conceito de Bem Viver, originário do Sul Global, oferece uma "proposta epistemológica e prática para ressignificar as noções modernas de desenvolvimento rumo ao progresso 'custe a quem custar'" (Acosta apud Hernandez, 2022, p. 44). O autor argumenta que ele integra a natureza e a cultura, buscando a "confluência natureza(s)-cultura(s), na lógica do sensível e do cuidado, com vistas à sustentabilidade" (Hernandez, 2022, p. 44). Entretanto, tais abordagens contrariam as "abordagens minimalistas, residualistas ou assistencialistas" de reconstrução, visando restaurar e melhorar os meios de subsistência de forma duradoura (Marsden apud Cernea, 1997, p. 1579). Essas alternativas se manifestam no espaço de representação de Lefebvre, criando contra-discursos e imaginários de um urbanismo mais humano e equitativo.

Discussão crítica: Cabo Delgado como caso representativo de desafios urbanos no Capitaloceno

O caso de Cabo Delgado não é um evento isolado, mas podemos associá-lo a um microcosmo dos desafios urbanos enfrentados em todo o Sul Global sob a lógica do Capitaloceno (Borinelli *et al.*, 2021). A crise em Cabo Delgado, enraizada em desigualdades socioeconômicas e exacerbada pelo extrativismo estrangeiro e comércio

ilegal, reflete tendências globais de acumulação de capital e espoliação da natureza (Amaral, 2022; Borinelli *et al.*, 2021).

Borinelli *et al.* (2021) e Barcelos (2019) argumentam que, na perspectiva do Capitaloceno, a crise social e ecológica planetária é atribuída ao capitalismo, e não a uma ação humana genérica. Portanto, os grandes projetos extrativistas em Cabo Delgado, que alteram a ordenação territorial e demográfica, são manifestações claras da “acumulação por espoliação” de David Harvey (2008), onde os desprivilegiados são removidos para abrir caminho à valorização do capital. Isso se alinha com a crítica de Milton Santos (2006) de uma globalização que promove uma territorialização fluida dos capitais enquanto desterritorializa grupos vulneráveis.

A urbanização moçambicana é caracterizada pela dualidade (cidades de cimento e de caniço) e pela informalidade no acesso à terra. Segundo Ribeiro (2019); Baptista (2014) essa realidade é comum no Sul Global, onde o rápido crescimento urbano leva a assentamentos informais e pobreza, sem planejamento adequado e infraestrutura sustentável. Autores como Borinelli *et al.* (2021); Santos e Mello (2020); Maloa (2019), afirmam que por vezes o Estado, atua de forma ineficiente ou subserviente a interesses privados, contribuindo para a segregação e a falta de serviços. Portanto, as políticas oficiais e os planos de desenvolvimento, que representam o espaço concebido de Lefebvre, muitas vezes desconsideram as realidades e necessidades locais, perpetuando a marginalização.

A luta das comunidades em Cabo Delgado é, essencialmente, uma luta por justiça territorial. Segundo Santos e Mello (2020) é uma batalha pelo direito de habitar, usar e transformar o espaço, em oposição a uma lógica global que busca tornar o território uma mera mercadoria. Para Milton Santos (apud Pontes, 2024), o território não é apenas um espaço físico, mas um "território usado" que adquire significado através das relações sociais e da vivência. Para as comunidades deslocadas, o território é abrigo e a base de sua identidade coletiva. A luta das comunidades em Cabo Delgado, portanto, é pelo reconhecimento desses laços e pelo direito de definir o seu próprio espaço. Essa luta das comunidades nesse processo de reassentamento se manifesta no espaço de representação de Lefebvre, onde as comunidades articulam suas demandas e visões de mundo em contraposição às imposições externas (Lefebvre, 2006).

Essa resistência encontra respaldo na crítica à mercantilização de terra, que, para Santo e Mello (2020), constitui um dos principais vetores de conflito devido à pressão da especulação imobiliária e dos grandes projetos. Ao criticar a “cidade mercadoria” e a excessiva concentração do poder decisório em esferas corporativas e modelo de desenvolvimento vigente (Santo e Mello, 2020, p. 17).

É exatamente em contraposição a essa lógica que a luta das comunidades em Cabo Delgado por um espaço condigno para erguerem suas habitações é um exemplo de como as comunidades buscam reverter processos de exclusão. Nessa busca, tais grupos exigem maior controle democrático sobre a produção e a utilização do excedente, articulando uma reforma urbana pautada na justiça social e ambiental (Harvey, 2008, p. 86). Trata-se, portanto, de um chamado por um novo contrato social guiado que transcenda a reprodução da pobreza e da desigualdade, consolidando princípios de equidade fundamentais para a dignidade dessas populações (Alberdi *et al.*, s.d., p. 70).

Nesse contexto, a justiça territorial exige tanto a redistribuição (acesso equitativo à terra, habitação, serviços públicos, emprego) quanto o reconhecimento (respeito às culturas, saberes, expectativas e participação nas decisões) (Cunha, 2025; Alberdi *et al.*, s.d.). A ineficácia redistributiva de políticas que se limitam a conquistas simbólicas

é um alerta para que a luta em Cabo Delgado integre plenamente essas dimensões, buscando, segundo Cunha (2025), uma transformação estrutural que vá à raiz das injustiças econômicas e culturais.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que os modelos oficiais de reassentamento em Cabo Delgado frequentemente se distanciam das necessidades e práticas locais, produzindo conflitos socioespaciais e reforçando vulnerabilidades históricas. O problema de pesquisa, a interação ou conflito entre políticas públicas e práticas comunitárias no contexto do Capitaloceno, revelou-se central para compreender como a reconstrução pós-conflito pode tanto perpetuar desigualdades quanto abrir brechas para alternativas urbanas emergentes.

Do ponto de vista teórico, o estudo reforça a relevância do urbanismo de resistência como lente crítica para analisar experiências de mobilidades forçadas. Se por um lado, as contribuições de Lefebvre, Harvey e Santos estabelecem as bases para a compreensão da produção social do espaço e do direito à cidade, o diálogo com outros autores foi fundamental para agrupar estas reflexões. A articulação com estudiosos do contexto moçambicano, como Amaral (2022), Maloa (2019) e Tavres (2022), permitiu situar as tensões territoriais específicas de Cabo Delgado, enquanto as perspectivas sobre tecnologias sociais e habitação vernacular, fundamentadas em autores como Dagnino (2010), Baptista (2014) e Oliver (2006), conferiram densidade empírica às nossas conclusões. Essa base teórica ampliada, somada aos riscos de empobrecimento identificados por Cernea (1997) e à crítica ao Capitaloceno de Moore (2022), permitiu evidenciar que o território, longe de ser um suporte passivo, é um produto de ação cotidiana e coletiva das comunidades, onde saberes locais se afirmam como formas concretas de resistência Capitaloceno.

No plano prático, a pesquisa aponta que as políticas públicas de reassentamento precisam superar lógicas assistencialistas e tecnocráticas, valorizando a participação comunitária e os saberes locais como elementos fundamentais para processos inclusivos e sustentáveis. A experiência de Cabo Delgado mostra que a autoconstrução, as redes comunitárias e as tecnologias sociais não apenas respondem à carência habitacional, mas também fortalecem laços sociais, promovem coesão territorial e ampliam o protagonismo das comunidades.

Quanto às perspectivas futuras, abre-se um campo fértil de investigação sobre como articular os saberes vernaculares com políticas públicas de maneira institucionalizada, sem que isso signifique sua cooptação ou descaracterização. Pesquisas comparativas com outros contextos do Sul Global podem aprofundar a compreensão sobre os limites e potencialidades do urbanismo de resistência. Além disso, investigações que incorporem metodologias participativas, como mapeamento colaborativo e maquetes interativas, podem contribuir para aproximar teoria e prática, ampliando o impacto social das pesquisas.

Contudo, Cabo Delgado não deve ser lido apenas como um espaço de crise, mas como um laboratório vivo de alternativas urbanas, onde a luta por justiça territorial e pelo direito à cidade se expressa como resistência ao Capitaloceno e como possibilidade de construção de futuros mais equitativos e sustentáveis.

Referências

ALBERDI, Jokin *et al.* *Guerra, deslocamentos forçados e resposta à crise em Cabo Delgado, Moçambique*. [S. l.]: Ayuda en Acción, [s.d.].

AMARAL, Sílvia. *Conflitos armados e sustentabilidade urbana em Cabo Delgado*. Desafios para Moçambique 2022, [s. l.], p. 55-67, 2022.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. Os espaços urbanos em Moçambique. *GEOUSP. Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 14, p. 165-182, 2003.

BANDE, Aldemiro; NHAMIRRE, Borges; CORTEZ, Edson. *Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito*. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2021.

BAPTISTA, Júlio Londrim de Sousa Cruz. *Tecnologia vernacular vs. tecnologia global: criação de uma metodologia de projeto para países em desenvolvimento: sustentabilidade de estruturas ligeiras e sua aplicação no Sudoeste de Angola*. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, Zaragoza, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019. Online. Disponível em: <https://redibec.org/ojs>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BEULA, Emídio. *Finalmente... Governo aprova Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte*. Política Moçambicana, Maputo, Ano 4, n. 359, 22 jun. 2022. CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento. Online. Disponível em: <http://www.cddmoz.org>. Acesso em: 05 ago. 2025.

BORINELLI, Benilson *et al.* Natureza barata e desigualdade hidrossocial no Capitaloceno. *Gestão & Conexões – Management and Connections Journal*, Vitória, v. 9, n. 3, p. 122-146, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2020.9.3.32045.122-146>.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. *Análise da situação de segurança e socioeconómica dos retornados em Cabo Delgado*. Maputo: CIP, 2024.

CERNEA, Michael. *The risks and reconstruction model for resettling displaced populations*. World Development, v. 25, n. 10, p. 1569-1587, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(97\)00054-5](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)00054-5).

CUNHA, Tales Fontana Siqueira. A justiça e a cidade: redistribuição e reconhecimento na política urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DAANPUR, 20., 2025, Belém. *Anais [...]*. Belém: ANPUR, 2023. p. 1-22.

DAGNINO, Renato. Apresentação. In: DAGNINO, R. *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, 2ª ed. Katedi, 2010b, p. 7-22.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, 2ª ed. Katedi, 2010, p. 71-112.

DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, 2ª ed. Katedi, 2010, p. 155-174.

FEIJÓ, João; MAQUENZI, Jerry; SALITE, Daniela; KIRSHNER, Joshua. Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021. *Observador Rural*, Maputo, n. 127, ago. 2022. Observatório do Meio Rural (OMR). Online. Disponível em: <http://www.omrmz.org>. Acesso em: 31 ago. 2025.

GABOARDI, Shaiane Carla; NUNES, Lauren De Cesaro. Antropoceno, Capitaloceno e Lixoceno: diferentes abordagens sobre as relações sociedade-natureza. *Geomae*, Campo Mourão, v. 12, n. 1, p. 49-65, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33871/21783306.2021.12.1.49-65>.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Tradução de Jair Pinheiro. Publicado originalmente em New Left Review, n. 53, 2008.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Memória biocultural: cultura(s)-natureza(s) na contramão do capitaloceno. *Revista Tramas y Redes*, Buenos Aires, n. 3, p. 25-49, dez. 2022. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. DOI: <https://doi.org/10.54871/cl4c301a>. Online. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=722376205003>. Acesso em: 28 ago. 2025.

INTERNATIONAL GROWTH CENTRE (IGC). *Gestão de conflitos e integração social em Moçambique*. Moçambique: International Growth Centre, 2024.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008 [1970].

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. DOI: [10.1590/S1981-77462013000100004](https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004).

MALOA, Joaquim Miranda. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. *Revista Urbe*, Rev. Bras. Gestão Urbana n. 11. 2019. Online. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>. Acesso em 27 jul. 2025 1-15.

MANDAMULE, Uacitissa. *Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone Idai no distrito de Nhamatanda*. Observador Rural, n. 87, fev. 2020. Maputo: Observatório do Meio Rural. Online. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

MOORE, Jason W. Introdução. In: MOORE, Jason W. (Org.) *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo*. Tradução de José Marcos Macedo. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2022, p. 12-24.

MOORE, Jason W. Histórias do Capitaloceno: O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason W. (Org.) *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo*. Tradução de José Marcos Macedo. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2022, p. 97-138.

MUACUVEIA, Reginaldo Rodrigues Moreno. *Urbanização contemporânea em Moçambique: papel dos instrumentos de planejamento urbano na ocupação do espaço*. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2002>. Acesso em: 30 jul. 2025.

NOVAES, Henrique Tahan; DIAS, Rafael de Brito. Construção do Marco Analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, 2ª ed. Katedi, 2010, p. 113-154.

OCHA. *Plano de resposta rápido*: província de Cabo Delgado, Moçambique. Maputo, 2020.

OLIVER, Paul. *Built meet needs*: cultural issues in vernacular architecture. Oxford, Elsevier, 2006.

PONTES, Ana Fabíola do Nascimento. *O território e suas relações sociais: conflitos e a disputa por interesses na comunidade de Chão de Estrelas, Recife/PE*. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES, PNUD. *Relatório de avaliação do impacto dos desastres em Moçambique*. Maputo, 2022.

REIS, Eduardo Castellani Gomes dos; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdades sociais, territórios da vulnerabilidade e mobilidade urbana. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 60, p. 537-560, maio/ago. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6007>.

RIBEIRO, Ester Tomás Natal. Processo de Urbanização em Moçambique - África. In: ENCONTRO NACIONAL DAANPUR, 18., 2019, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPUR, 2019. p. 1-13. Online. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ROTONDARO, Tatiana. Comuns, territórios e planejamento contra-hegemônico. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, n. 1, p. 38-41, 2021. DOI: [10.22296/2317-1529.rbeur.202112](https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202112).

SANTOS, Jouberte Maria Leandro; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Hegemonia do planejamento urbano estratégico e o discurso contra-hegemônico do direito à cidade. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 1-21, abr./jun. 2020. DOI: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351562414005>.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1). ISBN 9788531409237.

SIENA, Mariana; VALENCIO, Norma. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. In: VALENCIO, Norma *et al.* (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa, 2009. p. 58-68.

SORIANO, Érico; VALENCIO, Norma. Riscos, incertezas e desastres associados às barragens: os riscos referentes à Itaipu Binacional. In: VALENCIO, Norma *et al.* (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa, 2009. p. 146-159.

TAVARES, Abdul Gafur Monteiro. *Entre agências, políticas, estratégias, planos e a realidade: que implicações para a reconstrução de Cabo Delgado?* Vozes do Norte de Moçambique, Maputo, Ano 1, n. 10, 15 maio 2022. CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento. Online. Disponível em: <http://www.cddmoz.org>. Acesso em: 05 ago. 2025.

UN-HABITAT. *Moçambique Perfil de Habitação*. Maputo: UN-Habitat Moçambique, 2018.

UN-HABITAT. *Promover a urbanização sustentável em Moçambique como motor de desenvolvimento socioeconómico, da resiliência climática e da paz*. Maputo, 2023. Online. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/mocambique_resumo_nacional_pt.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). *Das palavras à ação: o deslocamento por desastres – como reduzir o risco, abordar os impactos e reforçar a resiliência*. Genebra: UNDRR, 2019. Online. Disponível em: <https://www.undrr.org>. Acesso em: 12 jul. 2025.

VALENCIO, Norma. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, Norma *et al.* (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa, 2009. p. 34-47.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. Maquetes interativas: fundamentos teóricos, metodológicos e experiências de aplicação. In: VALENCIO, Norma *et al.* (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa, 2009. p. 199-215.

VERÍSSIMO, Celine. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. o caso do Dondo, Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, p.177-212, maio 2013. Online. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5277>; DOI: [10.4000/rccs.5277](https://doi.org/10.4000/rccs.5277).